

Delfim Netto:

Fizemos o que foi possível politicamente

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Ministro do Planejamento, Delfim Netto, afirmou ontem, em entrevista, que o novo pacote econômico-financeiro "representa, no fundo, uma espécie de consenso, dentro do Governo, sobre aquilo que era possível fazer, dentro do quadro político existente".

— Nós temos conversado, ao longo desses 15 dias, com o nosso partido — disse Delfim —. Temos discutido com os líderes e os vice-líderes. Esse é um programa que tem sido discutido, dentro do Governo, com intensidade — afirmou o Ministro do Planejamento.

Delfim Netto condenou a tese da desindexação dos salários dos índices de preços (ou seja, seu expurgo do INPC), e garantiu que esse procedimento significaria "um congelamento de salários". Ele informou que, no momento, "o Governo se conforma com a lei salarial que é possível obter no Congresso Nacional e com a velocidade da redução da inflação, que é possível obter dentro desse quadro".

DESINDEXAÇÃO

O Ministro do Planejamento considera que uma dexindexação geral da economia poderia representar uma desorganização enorme. Em sua opinião, estas "são propostas feitas com certa rapidez, por quem não pensa profundamente sobre o assunto".

Mas sem o expurgo do INPC ou a desindexação da economia, Delfim Netto admite que a queda da inflação "não será na velocidade que a gente gostaria que acontecesse". Segundo afirmou, essa velocidade só será a desejada quando o País tiver uma lei salarial adequada".

Sobre isto, o Ministro do Planejamento acredita que "é necessário, agora, desmocionalizar o problema".

— É preciso mostrar que não se deseja reduzir os salários reais, mas apenas uma política compatível com os limites permitidos pela economia.

Delfim Netto afirmou que a sociedade brasileira começa a tomar consciência de que tem que formular uma lei salarial coerente com a política de combate à inflação, uma política que crie empregos e que permita a convivência da pequena e média empresas com a grande empresa.

NEGOCIAÇÃO

O Ministro do Planejamento disse que a proposta apresentada, anteontem, pelo Senador Roberto Campos (PDS-MS) sobre a livre negociação salarial, é uma proposta muito coerente, "que deve ser estudada, pois está justamente na linha do que se está fazendo no Brasil". Delfim Netto disse acreditar que a abertura política tem que corresponder a um mecanismo de liberação no âmbito do mercado interno.

— Espero que o Congresso analise com cuidado e aperfeiçoe o projeto do Senador Roberto Campos. E, se for de seu desejo, que venha a aprovar-lo — afirmou.

QUEM PAGA MAIS

O mercado financeiro será o principal pagador da conta do pacote econômico, afirmou o Ministro Delfim Netto. A taxação sobre rendimentos de capital, a taxação de aplicações no open market, e a redução do prazo de permanência dos impostos recolhidos nos bancos, fará com que o setor financeiro pague, desta vez, segundo palavra do Ministro.

— As pessoas mais poupadadas foram aquelas que recebem salários, pois tiveram, inclusive, seu Imposto de Renda reduzido — disse Delfim.

Delfim Netto prevê também, que as medidas fiscais agora adotadas pelo Governo deverão representar uma arrecadação líquida de Cr\$ 300 bilhões. Mas, ressaltou que "essa arrecadação será para cobrir o déficit já existente, e não para fazer face a nova despesas".